

DO NÃO COGNITIVISMO AO COGNITIVISMO DOS ENUNCIADOS ÉTICOS - A MUDANÇA NAS NOÇÕES DE FATO E DE OBJETIVIDADE EM HILARY PUTNAM

Alexandre de Freitas de Mello Junior¹

RESUMO: Este artigo será dividido em duas partes. Na parte inicial, procuraremos mostrar que o positivismo lógico é tributário de uma noção de fato herdada do empirismo clássico. Nosso interesse é revelar a consolidação dessa dicotomia², que em muitos aspectos é análoga à dicotomia entre fato e valor. Ambos os binômios conceituais, que de início eram simples distinções, tornaram-se dicotomias por meio de uma inflação dos seus conceitos. Na segunda parte, apresentaremos a dicotomia fato/valor, mostrando o périplo do argumento putnamiano, que irá nos revelar o imbricamento entre as noções de fato e valor. Assim, é interessante apresentar o raciocínio que revelará a Putnam a constatação da fratura interna de uma dicotomia (analítico/sintético), impetrado por Quine³, para, posteriormente, chegarmos à ideia principal do solapamento da dicotomia fato e valor. Depois disso feito, poderemos considerar a suposição da objetividade (de alguns) dos valores (éticos).

PALAVRAS-CHAVES: Empirismo; fato; valor; dicotomia; objetividade; ética.

Abstract: This article will be divided into two parts. In the first part, we aim to show that logical positivism is a notion of tax actually inherited from classical empiricism. Our interest is to reveal the consolidation of this dichotomy, which in many ways is analogous to the dichotomy between fact and value. Both conceptual dichotomies, which initially were simple distinctions became dichotomies through an inflation of its concepts. In the second part, we present the fact / value dichotomy, showing the journey of putnamiano argument, which will reveal the interweaving notions of fact and value. Thus, it is interesting to present the reasoning that reveal the Putnam examining the internal fracture of a dichotomy (analytic / synthetic), filed by Quine, to then get to the main idea of undermining the dichotomy between fact and value. Once that is done, we may consider the assumption of objectivity (some) values (ethical).

Keywords: Empiricism; fact; value; dichotomy; objectivity; ethics.

O positivismo lógico, que Putnam faz uso para iniciar a sua crítica, apresenta uma versão tripartite dos juízos, que compreende as duas dicotomias aqui aventadas: os juízos sintéticos, que são verificáveis empiricamente; os juízos analíticos, que podem ter um valor de verdade a si atribuído simplesmente em virtude do significado dos termos

¹ Mestrando da Universidade de Brasília.

² Não temos o intuito de fazer uma análise crítica da distinção entre o analítico e sintético. Nosso objetivo, ao analisar essa distinção, é apresentar a formação de uma dicotomia, ao invés de expor os motivos pelos quais muitos enunciados não podem ser classificados como analítico ou sintético, de maneira estanque.

³ Quine é o autor do artigo *Dois Dogmas do Empirismo*, no qual ele apresenta a questão de um dos dogmas, a divisão entre as verdades analíticas e as verdades sintéticas estar mal fundamentada. Putnam não se delongará na argumentação quineana sobre a dicotomia analítico/sintético, pois não é o argumento de Quine em si que está no centro de sua análise. O que nos interessa aqui é mostrar que a distinção entre o analítico e o sintético não leva a uma dicotomia, bem como no caso da distinção entre os juízos de fato e os juízos de valor.

constantes nessa classe de enunciados, prescindindo, desse modo, de verificações empíricas; e, por fim, os juízos éticos, metafísicos e estéticos, que são aqueles juízos não cognitivos, ou seja, juízos destituídos de significado.

A primeira coisa a ser dita parte do ponto da caracterização do âmbito ao qual a dicotomia analítico/sintético pode ser aplicada. Segundo a distinção entre analítico e sintético, os enunciados da linguagem que são cognitivamente relevantes poderão ser verdadeiros ou falsos, consoante os critérios da classe aos quais se referem. Assim, serão verdadeiros ou falsos, do ponto de vista da classe de enunciados analíticos, em razão das regras lógicas do enunciado, dessa forma prescindindo da experiência; e serão verdadeiros ou falsos, do ponto de vista de enunciados sintéticos, em razão dos testes experimentais, passíveis de observação.

A linguagem cotidiana, ao contrário da linguagem cognitivamente relevante, é limitadora, pois nela recorrentemente há uma possibilidade de confusão, ou melhor, uma imprecisão habitual nos seus termos, na ausência de uma forma, e na possibilidade de constatar a verdade ou falsidade de seus enunciados (por meio verificacional). Quando a linguagem torna-se cognitivamente relevante, resulta que os enunciados serão verdadeiros ou falsos e, por isso mesmo, ou passíveis de teste segundo o modelo observacional, ou demonstráveis segundo suas regras da linguagem constituída⁴.

Da mesma forma que Putnam nos demonstrará com relação à dicotomia fato/valor, ele nos ensina que a dicotomia analítico/sintético, ora abordada, assumiu, também, um tom onipresente (PUTNAM, 2008a, p. 23-24). Isso significa que todos os juízos recairão sob essa classificação que tem pretensão universal, no tocante a juízos com significados. Assim, todo juízo cognitivamente relevante é ou analítico, ou sintético. Os demais juízos fazem parte do conjunto de juízos cognitivamente não relevantes.

Os positivistas lógicos fizeram a totalidade dos juízos cognitivamente relevantes repousarem nas categorias de sintético ou analítico. Desse modo, dada a universalidade da aplicação da dicotomia metafísica, todos os juízos (cognitivamente relevantes) estariam inseridos em uma ou outra categoria. Portanto, os enunciados científicos deveriam ser classificados segundo esse estatuto. A física teórica, por exemplo, estaria no conjunto de enunciados que deveriam ser classificados dessa maneira para que

⁴ O caso de certos enunciados serem demonstráveis em virtude do significado dos termos constantes no enunciado.

pudessem receber a chancela de racional. Isso quer dizer que tais enunciados só seriam significativos caso pudessem ser formulados de modo a gerar uma resposta que indicará se eles são analíticos ou sintéticos, distintamente (2008a, p. 25).

Quine, ao contrário, empreende uma sequência que vai em direção à dissolução completa não só da dicotomia, mas também da distinção⁵ entre o analítico e o sintético. Se o sintético e o analítico fossem exemplificados de forma metafórica pelas cores “branco” e “preto”, estariam, seguindo a metáfora, mais próximo da cor “cinza”, o que simbolizaria o caráter não distinguível de ambos os enunciados⁶:

O saber de nossos pais é um tecido de sentenças. Em nossas mãos, ele se desenvolve e transforma, por meio de nossas próprias revisões e adições mais ou menos arbitrárias e deliberadas, mais ou menos diretamente ocasionadas pelo estímulo contínuo de nossos órgãos sensoriais. É um saber cinza pálido, preto para o fato e branco para a convenção. Mas não encontrei razões substanciais para concluir que exista nele algum fio totalmente preto ou totalmente branco (QUINE, 1963, p. 406 *apud* PUTNAM, 2008a, pp. 25-26).

Segundo Putnam, esta ideia de que não há qualquer distinção entre as duas classes de juízos não deve ser levada tão longe, uma vez que ele próprio aceita que certos juízos são ou analíticos ou sintéticos. Porém, o que ele retém da crítica de Quine e, conseqüentemente, aceita como uma sugestão reproduzível no caso da dicotomia fato/valor é a observação de que determinados juízos cognitivos não recaem nos tipos de classes ‘analítico’ e ‘sintético’. (PUTNAM, 2008a, p. 26). Igualmente, Putnam faz uma importante consideração que merece destaque, a saber, que se temos que determinado tipo de juízo não pode ser classificado como sendo verdadeiro

⁵ Em *Os dois dogmas do empirismo* ele rejeita a distinção entre os chamados “juízos analíticos” e os “juízos sintéticos”: “Minha proposta atual é que é um contrassenso, e a base para muitos outros contrassensos, falar de um componente linguístico e de um componente factual na verdade de qualquer enunciado individual. Tomada coletivamente, a ciência tem sua dupla dependência da linguagem e da experiência, mas essa dualidade não é significativamente delineável nos enunciados da ciência tomados um a um. (QUINE, 2011, p. 66). Embora pareça, ao contrário do que pensa Putnam, que Quine rejeita a distinção absoluta, que tem como consequência a dicotomia. (ver QUINE, 2011, p. 71). Não obstante, a interpretação de Putnam está corroborada pelo texto supracitado.

⁶ Putnam lembra que Quine, ao lançar uma crítica ao positivismo lógico em seu artigo intitulado *Carnap and Logical Truth*, dirige-se, em primeiro lugar, para a distinção clara e estanque que os positivistas lógicos fazem com respeito aos aspectos inter-teóricos, como a elegância (contraparte convencional) e o teste experimental dos enunciados hipotéticos (o que os positivistas chamam de ‘fato’). Segundo ele, um elemento de convenção é uma característica que poderá, quando adotada anteriormente, ser posteriormente submetida a testes. A citação de Quine que Putnam recupera escapa ao âmbito teórico específico à linguagem científica, mas não à linguagem que os positivistas lógicos considerariam factual, ou seja, falseável por poderem ser submetidas a testes baseados em experiências concretas. Desse modo, recaem tanto os enunciados científicos da física, que são sintéticos, quanto o “saber de nossos pais”, no âmbito do factual, por serem ambos passíveis de verificações a posteriori.

simplesmente em razão das regras lógicas (analítico), ele não deve recair como sendo um enunciado sobre questões de fato ou enunciados do tipo sintético.

Nessa esteira, Putnam declara que pode ser feita uma crítica ao caráter compulsório da dicotomia analítico/sintético, em que ambos os lados da dicotomia são naturalizados, ou seja, são consideradas as únicas classes básicas de enunciados com sentido. Dessa forma, insere-se nessas duas classes básicas de enunciados uma característica essencial compartilhada, qual seja, a de que juízos não analíticos são complementares aos juízos analíticos, e suas propriedades intrínsecas alternam-se sempre que um juízo passa de uma classe para outra.

Outrossim, sempre que os juízos não forem verdadeiros em razão das regras da linguagem lógica, serão juízos com a propriedade de serem “descrições de fato, em que o modelo original de um fato é o tipo de fato empírico que se pode *figurar*” (2008, p.27). A dificuldade aqui verificada é o fato de não se perceber outros tipos de enunciados que não sejam trivialmente verdadeiros, ou seja, que existe uma categoria de enunciados cognitivamente relevantes que escape à categoria dos juízos não analíticos típicos.

Como será possível ver, a dicotomia analítico/sintético tem muito a revelar no tocante à dicotomia fato/valor, aqui privilegiada, pois ambas possuem desenvolvimentos semelhantes. Putnam nos faz atentar para um ponto em comum, dos mais centrais, para o qual estas duas dicotomias convergem, e que as fundamenta em sua história conceptual, qual seja, a Lei de Hume⁷. Segundo esta lei, grosso modo, não podemos derivar um ‘deve’ a partir de um ‘é’⁸. Isso significa que nenhuma noção ética pode ser inferida de uma questão de fato, o que impossibilitaria de se ter um juízo moral ancorado em um fato da realidade.

⁷ Putnam parece seguir a interpretação quineana de que a “distinção kantiana entre verdades analíticas e sintéticas já se prefigurava na distinção de Hume entre relações de ideias e questões de fato”. (QUINE, 2011, p. 37) Do mesmo modo, a dicotomia fato/valor encontra nessa distinção de Hume o ponto de partida de sua formação.

⁸ O trecho do texto de Hume que se refere abertamente à famosa Lei de Hume é o seguinte: “Em todo sistema de moral que até hoje encontrei, sempre notei que o autor segue durante algum tempo o modo comum de raciocinar, estabelecendo a existência de Deus, ou fazendo observações a respeito dos assuntos humanos, quando, de repente, surpreendo-me ao ver que, em vez das cópulas proposicionais usuais, como é e não é, não encontro uma só proposição que não esteja conectada a outra por um deve ou não deve. Essa mudança é imperceptível, porém da maior importância. Pois como esse deve ou não deve expressa uma nova relação ou afirmação, esta precisaria ser notada e explicada; ao mesmo tempo, seria preciso que se desse uma razão para algo que parece totalmente inconcebível, ou seja, como essa nova relação pode ser deduzida de outras inteiramente diferentes”. HUME, David. Tratado da Natureza Humana. Tradução de Débora Danowski. Livro III, Parte I, Seção II. São Paulo, Editora UNESP, 2000, p. 509

Mas o fundamental da Lei de Hume, para Putnam é outro. Para o filósofo, o tema da inderivabilidade não demonstrável exposta na Lei de Hume não tem seu cerne simplesmente naquilo que diz respeito à questão inferencial, donde não poderíamos, claramente, apresentar como teorema a passagem lógica do ‘é’ para o ‘deve’. Segundo ele:

Se a afirmação fosse simplesmente acerca da *forma* de certas inferências, ela proibiria qualquer um de inferir “deve-se fazer *x* em tais e tais circunstâncias” a partir de “em tais e tais circunstâncias, é bom fazer *x* e, nessas circunstâncias, é mau deixar de fazer *x*”. Por certo, muitos filósofos responderiam a esse exemplo dizendo que ele não entra em conflito com o *dictum* de Hume, porque é um caso de inferência de um “deve” a partir de outro “deve”. Mas esse é o meu ponto. A habilidade deles de reconhecer enunciados tais como “em tais e tais circunstâncias, é bom fazer *x* e, nessas circunstâncias, é mau deixar de fazer *x*” como um caso de “deve” não resulta de alguma característica da forma do enunciado mas, antes, de um entendimento do seu conteúdo (PUTNAM, 2008a, pp. 28-29)

Esta consideração é reveladora de um aspecto metafísico componente da percepção do problema do ponto de vista humeano, pois toma como motor da Lei uma constatação dos enunciados, que incluem o ‘deve’, não do ponto de vista lógico, demonstrando, assim, que a questão é muito mais profunda do que uma simples consideração formal. Essa inclusão da centralidade do conteúdo, ao invés do privilégio do modo inferencial, que objetaria que a passagem do ‘é’ para o ‘deve’ acarreta a invalidade do procedimento lógico, nos conduz a uma perspectivação do problema que é, quando colocado assim, dimensionado de outra maneira. Destarte, a centralidade do conteúdo exigirá que tenhamos em consideração aquilo faz, para Hume, que um enunciado seja um enunciado de ‘é’, pois assim entenderemos o que ele quer dizer com a noção de ‘fato’.

A observação que Putnam faz nos lembra que Hume considera, em sua teoria da mente, que os conceitos são espécies de ideias, e estas são figurativas. Desse modo, as ideias humeanas somente representam “questões de fato” quando a elas se *assemelham* (2008a, p.29), o que significa que as figuras são formadas a partir de nossa experiência sensível, que é, também, o lastro no qual estará amparado a noção última de fato.

Com isso, pode-se perceber que Hume não interpõe a sua “Lei” meramente à impossibilidade da passagem de enunciados factuais a enunciados valorativos, mas que, em razão da maneira como as ideias recomendam a noção de fato, não há, no tocante às

virtudes, realmente nenhuma “questão de fato”⁹. O motivo pelo qual isso não ocorre é porque, com relação às virtudes, não temos como formar uma imagem figurável das propriedades de uma determinada virtude hipotética, ao passo que poderíamos, sem a menor dúvida, fazer figurar as propriedades de uma flor qualquer, por exemplo.

Entre o analítico e o sintético, ambos os lados da dicotomia assinalam uma série de propriedades ou características que são, entre si, distintivas. O mesmo ocorre com a dicotomia fato/valor, pois, segundo o entendimento de Putnam, os juízos que envolvem a noção de “deve” são a parte do lado valorativo ao qual está vedada uma relação com os juízos de fato. Algumas palavras também se refeririam a essa classe de juízos, tais como “correto”, “errado”, “bom”, “mau”, quando usados, evidentemente, em suas acepções éticas¹⁰ (2008a, p. 31). Essa distinção humeana, quando inflada, ou seja, levada ao extremo da distinção, impõe que não teremos, e não poderemos ter juízos de fato que se refiram à ética. Desse modo, o argumento pode ser colocado da seguinte maneira:

(1) o que nos possibilita chamar algo de factual, ou seja, ser um enunciado de fato, é conseguirmos percebê-lo por meio do nosso aparato sensório (ter uma impressão), sendo, somente assim, passível de representação.

(2) são “objetos” somente aquelas entidades que podem ser capturadas por meio do aparato sensório.

(2.1) ser capturado por meio do aparato sensório confere “objetividade” à entidade assim capturada.

(3) se somente podemos atribuir objetividade aos objetos, então todos aqueles enunciados que não correspondam a enunciados factuais não são objetivos. 1 e 2.

(4) Os enunciados de “deve” não podem ser capturados pelo aparato sensório.

Portanto, os enunciados de “deve” não são enunciados objetivos. 3 e 4.

O argumento, que é uma reconstrução que remete a Hume, apesar de válido, só pode estar correto se suas premissas forem verdadeiras. Desse modo, a tarefa de Putnam

⁹ Para corroborar isso, segue o texto do próprio Hume: “Se o pensamento e o entendimento sozinhos fossem capazes de fixar os limites do certo e do errado, a qualidade de virtuoso ou vicioso teria de estar em algumas relações de objetos, ou então ser uma questão de fato, descoberta por nosso raciocínio.” (HUME, 2009, pp. 502-503).

¹⁰ Quando falamos que um sapato é bom, ou que uma operação aritmética está errada, não usamos “bom” e “errada” em acepções éticas. Obviamente, a classe resultante da coleção de enunciados de “deve”, e seus correlatos, são aqueles usados na acepção ética.

será reconfigurar a noção de fato. Ele usará, como estratégia, a apresentação do solapamento da dicotomia fato e valor.

Segundo a divisão apresentada por Putnam, há uma necessidade no tocante à inclusão dos enunciados em uma ou outra classe de enunciados analíticos ou sintéticos. Como já foi dito, se um enunciado (cognitivamente relevante) não for analítico, necessariamente esse enunciado (cognitivamente relevante) será um enunciado não analítico. Forçosamente, em razão da dicotomia, todo enunciado não analítico é um enunciado sintético. De modo análogo, todo enunciado não ético (correlacionado a “deve”) é, necessariamente, um enunciado de fato. (2008, p. 32).

Essa fórmula dicotômica repercute de maneira clara no modo como os objetos são configurados, pois a distinção, inflada até tornar-se dicotomia, subsidia o formato metafísico assumido, no qual ou se é um enunciado de fato, ou se é um enunciado de valor. Não há, aqui, lugar para a classe que Quine, recuperado por Putnam, chama de “cinza”, mas tão somente para as classes “preto” e “branco”.

A respeito do que temos falado, cabe lembrar que os “valores” em questão sempre são tratados, dentro da história da dicotomia, como valores éticos, omitindo-se, habitualmente, qualquer emergência de valores que não sejam éticos¹¹. Putnam alega que “Desde Hume o fato de que existam muitos tipos de juízos de valor que não são em si mesmos de uma variedade ética (ou moral) tende a ser colocado de lado nas discussões filosóficas da relação entre os (chamados) valores e os (chamados) fatos” (2008a, p. 34).

Assim, os valores não éticos não têm sido considerados, e a dicotomia, inflada dessa maneira, omite uma importante categoria que poderia lançar nova luz ao problema. É isso que Putnam também resgatará dentro de sua estratégia argumentativa.

Putnam faz uma importante consideração sobre a natureza da dicotomia. Sua reflexão é que se tivermos o binômio fato/valor considerado somente no âmbito de uma importante distinção conceitual filosófica, não se seguirá dela nenhuma metafísica, do mesmo modo que não se segue nenhuma metafísica do fato de distinguir-se entre

¹¹ Temos, também, como exemplo de valores que não são nem éticos ou não éticos os valores estéticos. Entretanto, estes padecem do mesmo problema considerado na dicotomia, pois não são factuais e cognitivos. Putnam deixa isso claro na parte II do livro “O Realismo de Rosto Humano”, de 1999, intitulada “Ética e Estética”.

enunciados relativos à química e enunciados que não são relativos à química, por exemplo (2008a, p.35).

A importância da distinção estaria posta pela obviedade de que fato e valor não são sinônimos, e por isso mantêm peculiaridades e acepções específicas com respeito ao seu significado. Porém, ao traçar a distinção, não há nenhuma necessidade de uma decorrência metafísica ocasionada pelo que temos chamado de “dicotomia”. Afinal, distinguir a cor “azul” da cor “amarelo” não é o mesmo que afirmar que elas são dicotômicas, por exemplo.

Na próxima seção, passaremos à análise da noção de fato que os positivistas lógicos adotaram, para lançarmos uma crítica com respeito aos pressupostos nos quais ele mesmo se ampara e fundamenta. Feito isso, poderemos começar a apresentação do argumento que irá culminar no colapso da dicotomia entre fato e valor.

1. 1 A Crítica de Putnam à Noção de Fato do Positivismo Lógico

Pelo que vimos até aqui, podemos afirmar que a dicotomia entre fato e valor repousa sobre a noção de fato. Putnam nos explica que “a noção humeana de um ‘fato’ é simplesmente aquilo do qual pode existir uma ‘impressão’ sensível” (2008a, p. 38). Como já foi aventado acima, essa noção de fato é constitutiva da consolidação da dicotomia entre fato e valor e, dito de outro modo, isso pode ser asseverado por não possuímos, no nosso aparato sensório, um sentido que consiga perceber uma virtude da mesma maneira que conseguimos perceber uma árvore. Isso limita nosso campo de possibilidade a afirmações factuais. Não temos um órgão sensorial que nos possibilite ter uma impressão do “bem”, ou do “correto”. Portanto, do ponto de vista da filosofia de Hume, estaríamos fadados a ter que manter enunciados éticos separados dos enunciados de fato.

Essa noção de fato foi muito influente na tradição analítica inaugurada pelo Círculo de Viena¹². Essa tradição estava temporalmente distante do empirismo clássico, porém, algumas de suas noções iniciais estavam muito de acordo com ele. Podemos

¹² O primeiro capítulo desse trabalho será dedicado a investigar as decorrências dos pressupostos adotados pelo Círculo de Viena para a ética.

dizer, juntamente com Putnam, que a noção de fato adotada inicialmente pelos filósofos do Círculo de Viena era bastante semelhante ao que Hume declara que ela é¹³.

Putnam nos diz que “a visão positivista lógica original era de que um ‘fato’ era algo que podia ser certificado por mera observação e até mesmo por um mero relato de uma experiência sensorial.” (2008a, p. 39). Assim, os positivistas esperavam poder fornecer ou encontrar um método de verificação que pudesse estabelecer a justificação racional, e esse método, ou métodos, deveriam dar conta de verificar as pretensões cognitivas lançadas pelas diversas classes de enunciados (PUTNAM, 1992, p. 141).

Esses métodos de justificação racional, almejados pelos positivistas lógicos, que encerram a verificação (ou, abstratamente, a demonstração¹⁴), procurarão, assim, arrolar a forma por meio da qual a testabilidade, e a própria descrição dos métodos de justificação racional, poderá dar conta do significado dos enunciados. Essa é uma concepção criteriosa da racionalidade, “segundo a qual existem normas institucionalizadas que definem o que é e o que não é aceitável racionalmente” (1992, p. 146). É intrínseco à concepção criteriosa da racionalidade que esses critérios tenham um caráter público, de forma que deles possam fazer uso qualquer indivíduo que saiba deles dispor.

Desse modo, os enunciados que não puderem ser submetidos ao método serão declarados carentes de significado. Destarte, se um enunciado não puder ser comprovado pelos meios colecionados, quais sejam, métodos matemáticos, métodos lógicos, ou métodos científicos¹⁵, seguir-se-á que não haverá significado cognitivo algum que lhe seja relevante (1992, pp. 141-142). Esse crivo pelo qual devem passar os enunciados com pretensões cognitivas deve ser aplicado a todas as espécies de enunciados.

¹³ Embora os positivistas lógicos tivessem abandonado noções humeanas como “ideia” e “impressão”, para citarmos dois exemplos.

¹⁴ Trata-se de demonstrações lógicas. No caso do critério de que os enunciados cognitivamente relevantes devam ser passíveis de verificação e testes, estamos a falar de enunciados sintéticos; no caso daqueles que são verdadeiros ou falsos em razão das regras lógicas e significado dos termos, estamos a falar dos enunciados analíticos.

¹⁵ É importante notar que até a publicação da obra de Carnap intitulada *Logical Foundations of Probability* (1950), os positivistas lógicos supunham haver, segundo Putnam, “um método formal (lógica indutiva), e que o trabalho continuado podia resultar numa enunciação explícita deste método, uma formalização da lógica indutiva comparável à formalização da lógica dedutiva que fora realizada partindo da obra de Frege 1879” (PUTNAM, 1992, pp. 233-234). As características dessa convicção serão estudadas no capítulo 1 deste trabalho, quando da descrição geral do positivismo lógico.

Entretanto, Putnam afirma, como foi supracitado, que os positivistas, ao fim e ao cabo, possuíam uma noção de fato que estava profundamente ligada à verificação pela via sensorial, ou, dito de outro modo, “que um enunciado significativo deve ser *conclusivamente verificável* por confrontação com a experiência direta” (PUTNAM, 2008a, p.39). Isso não se ajusta, em muitos casos, à adoção da via científica como critério, porque o método científico, várias vezes, postula a existência de entidades que não podem ser percebidas pelos nossos sentidos, como por exemplo, os átomos. Por isso, Putnam nos explica que as mudanças da ciência, na primeira metade do século XX, foram centrais para as sucessivas mudanças por parte dos positivistas lógicos, que objetivavam salvar a noção de fato.

Apesar das mudanças científicas importantes que ocorriam na época, como por exemplo, a física quântica, a teoria da relatividade, as primeiras descrições da estrutura interna do átomo e, apesar de os positivistas lógicos não terem ficado impassíveis diante disso, a noção de fato assumida pelo positivismo lógico permaneceu intacta. Putnam explica-nos que os positivistas lógicos estiveram próximos da noção humeana de fato até por volta de 1936¹⁶. Nesse ano, Carnap flexibiliza o pressuposto “de que todos os predicados factuais devem ser definíveis em termos de observação” (2008a, p. 39).

A mudança é importante, mas a posição do positivismo lógico permanece inalterada em sua parte mais central, uma vez que para um enunciado ser considerado cognitivamente relevante, no que toca ao seu significado, fazia-se necessário que esse enunciado pudesse expressar-se por meio da linguagem científica; e que os predicados constantes na parte factual do jargão científico deveriam apresentar pelo menos uma das duas condições: serem termos coligidos por observação; ou serem redutíveis a termos de observação (2008a, p. 40).

O que podemos afirmar, por meio dessas considerações, é que com o critério de justificação racional assumido pelo positivismo lógico nessa época, não poderíamos dizer que certas entidades postuladas pela ciência existiam *realmente*. Desse modo, em função dessa adoção de critérios de aceitabilidade racional de enunciados, os positivistas lógicos possuíam um universo do discurso tal que não podiam sequer atribuir um caráter cognitivo às várias das descobertas científicas. Essas eram

¹⁶ Putnam usa como marco do início da sutil flexibilização da noção de fato as alterações nos critérios de verificação constantes no artigo de Carnap intitulado *Testability and Meaning* (1936-7), publicado originalmente na revista *Philosophy of Science*.

consideradas um modo de falar acerca do mundo natural, mas que não correspondiam *realmente* a ele.

Entretanto, o critério de significação cognitiva, admitido pelo positivismo lógico para resolver esse problema é que “na medida em que o sistema como um todo permite predizer nossas experiências, com maior sucesso do que poderíamos sem ele, tais predicados teóricos devem ser aceitos como ‘empiricamente significativos’¹⁷” (2008a, p. 48), o que provoca uma importante alteração na noção de fato positivista.

Putnam afirma que a linguagem, para os positivistas lógicos, caso quisesse ser cognitivamente significativa, deveria se assemelhar à linguagem que temos na física (2008a, p. 43). Porém, o próprio positivismo lógico mantém pressupostos que não se assemelham a essa linguagem. Putnam afirma que “se for verdade que apenas podem ser aceitáveis racionalmente os enunciados verificáveis criteriosamente, esse mesmo enunciado não pode ser verificado criteriosamente” (PUTNAM, 1992, p. 147).

Portanto, o próprio pressuposto do positivismo lógico, no que diz respeito às condições de verificabilidade e aceitabilidade racional, o derroga, visto que ele não possui os pré-requisitos suficientes e necessários para que faça parte da classe de

¹⁷ Posteriormente, Carnap considerou que entidades físicas, tais como os elétrons, prótons, não são entidades que formam as teorias a partir de simples definições, mas são consideradas entidades primitivas. Segundo Putnam, essa reconsideração provocou uma revisão profunda nos critérios acima mencionados, haja vista que ao serem tomadas como primitivas, certas entidades não precisariam mais ser submetidas aos critérios. Antes, se algum termo científico abstrato pudesse assegurar-nos maior poder preditivo em uma teoria, deveríamos, assim, toma-lo como “empiricamente significativo”. (PUTNAM, 2008a, p. 41). E predizer, para os positivistas lógicos, significa “deduzir sentenças de observação a partir de uma teoria” (2008a, p. 46). No caso presente, essas considerações de Putnam interessam-nos em razão da noção de fato do empirismo lógico. Embora Putnam esteja convencido de que “no critério positivista lógico revisado do significado cognitivo, é o sistema dos enunciados científicos como um todo que tem ‘conteúdo factual’” (2008, p. 41). Isso pode ser afirmado pelo que nós já expomos anteriormente. Dentro de uma teoria científica, o conjunto de enunciados articulados proporciona a capacidade de, por exemplo, prever-se um evento. Ora, se esse conjunto de enunciados, enunciados esses considerados de modo articulado, nos garante que um evento pode ocorrer, devemos concluir que o conjunto de enunciados é significativo do ponto de vista empírico. Mas essa conclusão é válida para o conjunto de enunciados, na perspectiva inter-teórica. Na perspectiva de um enunciado, considerado individualmente, a conclusão muda. Se tivermos, dentro do conjunto de enunciados de uma teoria que garante previsibilidade, um enunciado que postula a existência de um termo abstrato, poderíamos entender o conjunto de enunciados como cognitivamente relevante, pelos motivos já expostos, mas não poderíamos fazer o mesmo com o enunciado individual. Isso se deve ao fato de que, tomado individualmente, um enunciado que postula uma entidade abstrata pode estar destituída de meios de confirmação (como, por exemplo, a previsibilidade empiricamente significativa prestada pelo conjunto de enunciados) justamente em razão do seu caráter. Assim, um enunciado individual que postulasse uma entidade abstrata somente seria significativa quando interpretada no interior de uma teoria formada por enunciados empiricamente relevantes. Individualmente, um enunciado de tal espécie não teria relevância cognitiva, ou melhor, não possuiria significado. Por isso, Putnam afirma que a visão geral do conceito de fato do empirismo lógico continuou, no fundo, apesar da revisão do conceito, muito influenciada pelo empirismo clássico. Os enunciados individuais eram aceitos na linguagem científica “como meros artifícios para derivar as sentenças que enunciam realmente os fatos empíricos, a saber, as sentenças de observação” (2008a, p. 41).

enunciados que ele mesmo afirma serem aqueles cognitivamente relevantes. É, desse modo, autorrefutante, apesar de sua alteração na noção de fato, pois “o próprio critério dos positivistas lógicos não é (a) analítico, nem (b) testável empiricamente” (1992, p. 142).

Nos dias atuais, embora o positivismo lógico não esteja mais em voga, grande parte dos filósofos analíticos se coaduna à ideia de que a linguagem cognitivamente significativa deve seguir o modelo de uma linguagem física¹⁸. Assim, por exemplo, é muito comum exigir-se na abordagem relativa a “termos psicológicos da linguagem ordinária”, (2008a, p. 44-45) que esses se refiram, necessariamente, a estados cerebrais. Assim, a tristeza, como exemplo de um “termo psicológico da linguagem ordinária”, deveria referir-se a um estado cerebral que lhe corresponda. Esse estado cerebral seria, destarte, a causa do estado psicológico expressa pelo termo em questão.

Diante de tal condicionamento relativo à linguagem cognitivamente relevante, é de se surpreender que possamos fazer qualquer tentativa de prestar aos valores um *status* de significativos. Para Putnam, a linguagem que o positivismo adota se baseia em uma adoção da noção de fato que é bastante limitada e, por isso, é incapaz de perceber que a distinção entre fato e valor não é uma dicotomia.

A dicotomia fato/valor dos positivistas lógicos foi defendida com base em um quadro cientificista estreito do que poderia ser um fato, assim como o ancestral humeano dessa distinção foi defendido com base em uma psicologia empirista estreita das ideias e das impressões (PUTNAM, 2008a, p. 45).

Ante o acima exposto, podemos colocar a crítica ao positivismo lógico e antecipar o colapso da dicotomia fato e valor nos seguintes termos: (1) a linguagem científica, preconizada pelos positivistas lógicos, é pobre, e isso deixa a maior parte do universo discursivo fora do conjunto de termos com significado. E, segundo a crítica de Putnam, pressupostos centrais do próprio positivismo lógico não podem submeter-se com sucesso à concepção criteriosa de racionalidade que lhe é própria, e que exige critérios públicos de verificabilidade que estão postos em sua compreensão da linguagem científica (2) certos termos descritivos do nosso vocabulário avaliativo implicam uma consideração aos fatos, ou seja, há, na concepção de Putnam, termos

¹⁸ Essa postura tem sido a habitual, expressando um naturalismo em filosofia, tese segundo a qual os termos com significado podem ser expressos em linguagem científica e, em última instância, em linguagem física. Repercussões a esse respeito podem ser visualizadas na interseção entre neurociência e filosofia, por exemplo.

tradicionalmente avaliativos que são indesvencilháveis de um componente factual. Uma quantidade importante de termos avaliativos não pode ser fatorada em um componente puramente avaliativo e outro puramente descritivo, de modo que, ainda que adotássemos uma versão de fato que esteja dependente de nossas descrições, certas descrições implicarão termos avaliativos¹⁹.

Se a dicotomia entre juízos factuais e juízos valorativos encontrava alguma legitimidade na divisão estanque entre os enunciados analíticos e os enunciados sintéticos, os argumentos em favor daquela dicotomia malogram com a demonstração de que esta última divisão deveria ser abandonada. Como demonstraremos na próxima seção, não é possível que tenhamos uma noção de fato sem que haja valores, o que Putnam chama de “imbricamento” entre fatos e valores.

2. A Dicotomia entre Juízos de Fato e Juízos de Valor

A rejeição do possível caráter cognitivo dos termos avaliativos por parte do positivismo lógico ocorre porque a sua noção de fato, herdeira do empirismo humeano, não admite, pelos seus critérios de aceitabilidade racional, a intrusão de valores. Esses critérios de aceitabilidade racional são aqueles que dizem respeito às condições estabelecidas para aceitarmos ou não um enunciado. Ainda que admitamos que a alteração da noção de fato do positivismo lógico²⁰ permita a inclusão de enunciados que, tomados individualmente, não são factuais, isso não resolve o problema, uma vez que a distinção analítico/sintético mostra-se colapsada. Dessa forma, as sucessivas mudanças na noção de fato pelo Positivismo Lógico, bem como o esboroamento da dicotomia analítico/sintético, deixou um vácuo no tocante aos aspectos cognitivos tanto dos fatos, quanto dos valores.

Passaremos à apresentação da posição de Putnam acerca da distinção fato/valor, que fora inflada até tornar-se uma dicotomia. Ele apresenta duas linhas argumentativas. A primeira afirma que nossas práticas cognitivas instituídas, a saber, a prática de investigação científica, pressupõem valores. A segunda linha argumentativa procurará mostrar que enunciados com valores éticos não são destituídos de conteúdo factual, ou melhor, muitos enunciados éticos pressupõem considerações acerca de fatos, o que

¹⁹ A noção de que objetividade e fato devem ser igualados a descrição é rejeitada por Putnam, como veremos a seguir.

²⁰ *Op. cit.* 18

garante que não sejam meramente convencionais. Esses dois argumentos perfazem a noção de imbricamento entre enunciados de fato e enunciados de valor, que terá como consequência aquilo que Putnam tem chamado de colapso da dicotomia fato/valor, o que deixará claro que nossos ditos enunciados factuais são avaliativos.

A primeira linha argumentativa afirma que “os procedimentos através dos quais decidimos da aceitabilidade de uma teoria científica têm que ver com o fato de a teoria científica como um todo apresentar ou não certas ‘virtudes’” (PUTNAM, 1992, p. 173). A premissa do argumento estabelece que a “verdade”, para a ciência, é um conceito puramente formal, que por si só nada diz com respeito ao conteúdo dos enunciados. Putnam declara que se quisermos saber algo acerca do conceito de “verdade” que um determinado discurso adere precisaremos esclarecer, de antemão, quais são os padrões de aceitabilidade racional que estão pressupostos em tal discurso. Isso significa dizer, do ponto de vista da verdade, que o conteúdo de um enunciado está sujeito a determinantes, que são, em última análise, os critérios utilizados no tocante à aceitabilidade racional.

Desse modo, caso a ciência almeje asseverar um enunciado qualquer, tal como “o bóson de Higgs é uma partícula subatômica”, deverá fazê-lo somente se “o bóson de Higgs é uma partícula subatômica”. Se esse não for o caso, então o enunciado científico é descartado. De acordo com isso, Putnam afirma que os enunciados científicos são, na perspectiva da verdade, formais, pelo menos até esse ponto das nossas considerações, pois dizer unicamente que a ciência procura a verdade, sem apresentar as condições de aceitabilidade racional, é dizer enunciados puramente formais (1992, p. 169).

Para Putnam, as noções de verdade e aceitabilidade racional andam de mãos dadas (1992, p. 249). Com isso, a iniciativa da investigação científica é configurar uma imagem do mundo conforme certos critérios (rigorosos, metodologicamente construídos), em que a palavra “conforme” exige que esses critérios de aceitabilidade racional sejam satisfeitos na investigação própria à ciência. Putnam conclui, com relação a isso, que, caso consideremos que o objetivo da ciência é chegar a alguma espécie de verdade, “a própria verdade obtém a sua vida dos nossos critérios de aceitabilidade racional”. (1992, p. 170) E aqui chegamos a um ponto de inflexão no argumento de Putnam, segundo o qual tais critérios irão nos revelar os valores que estão implícitos na forma investigativa e metodológica da ciência.

Putnam nos afirma que há conceitos implícitos à investigação científica, tais como “coerência”, “abrangência”, “simplicidade”, “plausibilidade”, etc. Esses conceitos seriam centrais para a investigação científica, pois sem eles não poderíamos formar uma teoria qualquer, muito menos cotejar teorias para sabermos qual é a melhor, ou que teoria é mais apropriada para explicar determinado conjunto de eventos, de modo que funcionam como os denominados critérios de aceitabilidade. Em uma palavra, os conceitos trazidos aqui são condições para que o empreendimento científico possa ser consistente e significativo, e sem eles a tarefa científica estaria malograda de antemão. Putnam diz que esses conceitos são valores epistêmicos.

De acordo com essa afirmação, pretendemos nos aproximar da verdade do mundo fazendo uso das teorias que escolhemos, e essas teorias possuem os valores, já listados, de “coerência”, “preditibilidade”, por exemplo. O que Putnam alega é que esses valores são componentes através dos quais nós conseguimos obter nossas descrições do mundo. Podemos compreender essa alegação da seguinte maneira: nossas descrições do mundo estão comprometidas com os valores, donde concluiremos, por um lado, que sem os valores não conseguiríamos formular uma visão de mundo, de modo que precisamos deles para ser exitosos (mesmo) em nossas pretensões cognitivas mais sofisticadas, como é o caso das teorias científicas (PUTNAM, 2008a, p.52); e, por outro lado, concluiremos que uma justificação externa desses mesmos valores está fora da alçada de confirmação pela via tradicional, segundo a qual deveríamos poder verificar sua objetividade por meio de uma correspondência com uma descrição correta da realidade.

Essa última afirmação acerca da descrição correta da realidade nos remete à posição do realismo²¹ tradicional, assim denominada por Putnam, para o qual deve haver uma correspondência entre a realidade e as nossas tentativas de representar essa realidade tal como ela é. Desse modo, Putnam nos diz que:

²¹ Segundo Simon Blackburn, “Um realista sobre um assunto A pode sustentar (I) que os tipos de coisas descritas por A existem; (II) que sua existência é independentes de nós, ou que não são objetos produzidos pela nossas mente, linguagem ou esquema conceitual; (III) que as afirmação que fazemos em A não são redutíveis a outros tipos de afirmações eu possamos afinal revelar ser acerca de outra coisa que não A; (IV) que as afirmações que fazemos em A têm condições de verdade, constituindo descrições inequívocas de aspectos do mundo, sendo verdadeiras ou falsas em função dos fatos do mundo; (V) que conseguimos obter verdades acerca de A, e que é apropriado acreditar completamente no que afirmamos em A”. (BLACKBURN, 1997, p. 335)

...se o realismo metafísico (tradicional) estiver certo, e se se pudesse ver o objetivo da ciência simplesmente como tentar conseguir que o nosso mundo nocional “correspondesse” ao mundo em si, então podia alegar-se que estamos interessados na coerência, abrangência, simplicidade funcional e eficácia instrumental apenas porque estas são instrumentos com o fim de realizar esta “correspondência”. Mas a noção de correspondência transcendental e o mundo é em si um contrassenso. (PUTNAM, 1992, p. 174).

Putnam programa, a partir dessa consideração, encetar uma crítica ao realismo tradicional. Caso não o fizermos, teremos a permanência de problemas que gostaríamos de evitar, quais sejam, a noção de que os conceitos implícitos à investigação científica, os valores epistêmicos, são meramente convencionais, não sendo necessários senão para atender os nossos desideratos de correspondência à realidade unívoca; e a convicção de que “objetividade” é o mesmo que correspondência a objetos. Isso excluiria, de uma vez por todas, a tentativa de compreender os valores em seu aspecto cognitivo.

Destarte, para que possamos conferir aos enunciados avaliativos o caráter de cognitivos, devemos empreender uma reformulação à noção tradicional de objetividade, que é arrendatária dos pressupostos do realismo tradicional. Ao criticar o realismo tradicional, Putnam irá nos fornecer instrumentos para alterarmos a noção de objetividade. E, em não sendo objetivo somente o que é factual, como já tínhamos visto e criticado por outra via, depois das considerações sobre o realismo tradicional, a noção de fato surge como interdependente de nossa linguagem, que é, a uma só vez, descritiva e avaliativa. Começemos, então, a crítica de Putnam ao realismo tradicional.

A crítica de Putnam ao realismo tradicional inicia-se com a identificação de que uma das suas questões problemáticas consiste em pensar-se, segundo suas próprias palavras, “que existe uma totalidade de Formas, ou Universais ou ‘propriedades’, estabelecida de uma vez por todas, e de que todos os significados possíveis de uma palavra correspondem a uma dessas formas ou Universais ou propriedades” (2008c, p. 19). Putnam observa que o problema aqui patenteado diz respeito ao significado. Pensa-se, em geral, que o significado das palavras designa uma propriedade a qual estas palavras referem-se, de modo que uma palavra tem como função apreender o mundo tal como ele é, com suas propriedades intrínsecas.

Putnam supõe o exemplo das espécies naturais, salientando que todas as amostras de ouro puro, bem como os objetos forjados com ouro puro, possuem em comum a propriedade de constituírem-se de isótopos do elemento atômico de número 79. Entretanto, Putnam está convencido de que a palavra *ouro* não é sinônima de

“elemento atômico de número 79”. Isso ocorre porque o significado cotidiano da palavra ‘ouro’ não pode ser definido como uma propriedade ou conjuntos de propriedades. Wittgenstein²² corrobora a ideia de que fazemos uso de vasta gama de palavras com respeito às quais não existem propriedades comuns a todos os objetos a que estas palavras se aplicam com correção.

Desse modo, estabelece-se uma visão metafísica segundo a qual a realidade é apresentada como “um conjunto fixo de objetos ‘independentes da linguagem’ e uma ‘relação’ fixa entre os termos e suas extensões” (PUTNAM, 1999, p. 102). Putnam nos traz a reflexão de que os objetos não são independentes da linguagem, ao mesmo tempo em que afirma que a imagem de mundo “não é o produto da nossa vontade – nem das nossas disposições para falar de determinadas maneiras” (1999, p. 103). Com isso, Putnam está a dizer que a linguagem exerce a função de elaborar um vocabulário que possa estabelecer uma conexão com o mundo, vocabulário que pode ser *melhor* elaborado, com o fim de referir-se *melhor* do que antes aos objetos.

Podemos dizer que Putnam quer enfatizar a importância da linguagem em todo o trâmite da tarefa de representar o mundo. Na visão da metafísica tradicional, julga-se que a linguagem é impassível do ponto de vista da representação. Isso quer dizer que, frente ao mundo, a tarefa linguística consiste em estabelecer a função de designadora, sendo esta linguagem, porém, neutra. A neutralidade linguística dos termos que compõem a realidade implica uma imagem de mundo em que o instrumental fornecido pela linguagem serve meramente como expressão verbal de nossas impressões e representações.

Outra questão suscitada pela crítica ao mencionado tipo de realismo tradicional “é o pressuposto confortável de que há uma totalidade definida de objetos que pode ser classificada, bem como uma totalidade definida de todas as propriedades” (2008, p.19). A crítica de Putnam à definição peremptória do universo de objetos que podem ser referidos, e a coleção fixa de propriedades, pode levantar a falsa objeção segundo a qual o mundo é totalmente construído pelos indivíduos²³. Todavia, Putnam observa que

²² Ver a obra *Investigações Filosóficas*, de Wittgenstein.

²³ Para maiores elucidações a essas críticas feitas a Putnam, ver BOGHOSSIAN, Paul. *Medo do conhecimento: contra o relativismo e o construtivismo*, 2012, pp. 61-63. São Paulo: editora senac. Esta contestação de Boghossian toma como exemplo a noção de descrição da realidade constante na obra de Putnam *Realismo de Rosto Humano*, capítulo 6, intitulado *Verdade e Convenção*. Falar-se-á a respeito dessas críticas quando comentarmos o caráter não relativista do realismo interno.

nossas pretensões de conhecimento se dirigem a uma realidade em geral independente dos indivíduos, ou melhor, dos falantes.

Embora Putnam corrobore a ideia de que há uma realidade independente dos falantes, ele está seguro de que “a reflexão sobre a experiência humana sugere que nem a forma de todas as alegações de conhecimento nem os modos pelos quais elas são responsáveis perante a realidade são estabelecidos de antemão e de uma vez por todas” (2008, p. 20). Pode-se afirmar, portanto, que apesar de Putnam supor uma realidade em geral independente da mente, não há, com relação ao projeto humano acerca do conhecimento, uma independência concernente ao modo e à forma de nossas alegações cognitivas. Se isto não estiver correto, podemos estabelecer a noção rejeitada por Putnam, segundo a qual existe um número delimitado de propriedades que devemos simplesmente “descortinar”, “descobrir” e, feito isso, usarmos tais propriedade para denotar os objetos constantes na realidade, que por sua vez são também delimitados e fixos.

Mas a que tipo de objetos o realista tradicional se refere? Putnam afirma que “As formas tradicionais de realismo estão comprometidas com a alegação de que faz sentido falar de uma totalidade estabelecida de todos os ‘objetos’ a que nossas proposições podem referir-se” (2008, p.20). Embora isso seja dito, a pergunta continua em aberto. Putnam interroga se um evento histórico, como a Segunda Grande Guerra, é um objeto. Do mesmo modo, o céu é um objeto? Ou a imagem que percebemos no espelho é um objeto? Teríamos que atentar para os critérios estabelecidos pelo metafísico tradicional e, assim, identificarmos o que seria um típico objeto nessa ontologia.

Putnam nos diz que o problema sobre objetos está posto antes mesmos de supormos a existência de entidades como as que postulamos acima, dado o antigo critério de individualidade de um objeto, qual seja, o de que suas partes acompanham o movimento do objeto quando este se deslocar. Putnam obtempera que há objetos de existência inquestionável que infringem este critério e afirma: “tenho em casa uma lamparina que viola este critério; a sombra diminui sempre que a lamparina se desloca! Será que a lamparina neste caso não é um objeto?” (2008c, p. 21).

A resposta pode estar na noção de soma mereológica, na qual os objetos são, eles próprios, aditamentos de partes de outros objetos. Putnam supõe que a soma mereológica poderia solucionar o problema da lamparina, explicando o porquê de ela ser um objeto. Porém, ele destaca que as consequências podem ser fortes e os resultados

muito caros: “Se a ‘soma’ de *quaisquer* dois (ou mais) objetos for um objeto; se houver até um ‘objeto’ formado pela minha orelha esquerda e o nariz do leitor, então *existe de fato* um objeto equivalente à soma mereológica do corpo da lamparina e da sombra” (2008c, p. 21).

Este exemplo levantado por somas mereológicas suscita uma modificação das concepções tradicionais acerca dos objetos e, mais ainda, da alegação de conhecimento possível que deles temos, e de que suas propriedades possíveis são passíveis de mudanças centrais. Segundo Putnam:

O realista tradicional parte do princípio de que os nomes gerais correspondem, de maneira mais ou menos unívoca, a várias “propriedade” de “objetos”, em algum sentido de “propriedade” e em algum sentido de “objeto” estabelecidos de uma vez por todas, e de que as alegações de conhecimento são simplesmente alegações sobre a distribuição dessas “propriedades nesses “objetos” (PUTNAM, 2008, p.22)

Putnam considera que o realista tradicional está completamente certo em um ponto: ele tem a acertada convicção de que a realidade é independente, e que as descrições que dela fazemos e chamamos de ‘mundo’ devem manter uma espécie de responsabilidade cognitiva. Em que pese essa imagem, não devemos a ela conectar a noção de que existe uma descrição ou descrições que estão postas de uma vez por todas, todas elas possíveis, e com as quais devemos nos referir, necessariamente, a essa mesma realidade. A afirmação seguinte de Putnam é que com esta imagem das descrições que a metafísica tradicional preconiza perdemos o mais importante e verdadeiro aporte do pragmatismo: “o de que a ‘descrição’ nunca é uma mera cópia e de que estamos sempre criando novas maneiras de a linguagem poder ser responsável perante a realidade”²⁴ (2008c, p. 22).

Embora essa contribuição possa ser tomada de vários modos, tal como o próprio James²⁵ e Putnam o fizeram, esse diz que não estamos habilitados a concluir o mesmo que aquele, a saber, que nós criamos, em parte, o mundo. Ora, para Putnam a existência de uma realidade independente de nós é algo do qual não podemos duvidar a sério, e o simples fato de assumir isso já o coloca na categoria daqueles que aderem ao realismo. A característica agora enfatizada é a recusa da chamada ingenuidade do realismo

²⁴ Esse consideração é, segundo Putnam, inspirada em William James.

²⁵ Ver o texto *O Empirismo Radical*, de William James. Esse texto está relacionado na obra *Pragmatismo e textos selecionados*, arrolado na bibliografia desse trabalho.

tradicional, segundo a qual existe uma totalidade fixa de objetos e propriedades em cuja relação descobrimos as propriedades para denotar os objetos.

O que motiva esta dispensa da ingenuidade do realismo tradicional é a compreensão de que nossa linguagem e seu evidente uso estão colocados desde sempre, e que não devemos transigir com a ideia de que as propriedades, expressadas pelos conceitos, modos de referências, formas de descrições, apresentação de significados, etc., são imutáveis. Putnam esclarece sua posição da seguinte maneira:

A ideia de que nossas palavras e nossa vida são constrangidas por uma realidade exterior a nós desempenha um importante papel em nossa vida e deve ser respeitada. A fonte de confusão reside no erro filosófico vulgar de se supor que o termo *realidade* tem de referir-se a uma única supercoisa, em vez de considerar as formas como renegociamos incessantemente – e somos *forçados* a renegociar – nossa noção de realidade à medida que nossa linguagem e nossa vida se desenvolvem. (PUTNAM, 2008, 23)

A esta crítica segue-se naturalmente o que Putnam nos trará, a saber, a constatação da ininteligibilidade da afirmação, feita pelo realista tradicional, de que há “uma nítida linha divisória entre as propriedades que ‘descobrimos’ no mundo e as que ‘projetamos’ no mundo” (2008, p. 35). Esta crítica é moderadamente explícita no que Habermas tentou elucidar quando conclama a metáfora de que há um ‘livro da natureza’, ensejada pelas suas considerações sobre o realismo pós-metafísico²⁶.

Isso significa que a realidade não possui termos próprios que podemos captar por meio de um processo de apreensão sócio-misterioso e, destarte, configurar uma noção de mundo que esteja a ela adequadamente acoplada em um sentido apenas em segunda instância linguístico. Seria só em segunda instância linguístico, pois o processo de captura da realidade “tal como ela é” não se daria à nossa compreensão por meio linguístico.

Este é o problema que está pressuposto na forma de acoplagem (o modo como a linguagem se conecta ao mundo) do realismo tradicional decorrente do que Putnam diz acima, qual seja, o de passarmos da apreensão das propriedades extralinguísticas da realidade para a conceituação semântica do mundo. O que pode ser evidenciado na passagem da percepção da realidade para a sua intelecção (linguística). A ininteligibilidade da “linha divisória”, indistinta, não nos habilita a afirmar que o mundo não possui propriedades extrínsecas à mente humana. Esta conclusão seria uma

²⁶ Antecipando o pensamento que Habermas cita de Putnam, “não existe tal coisa como a linguagem própria do mundo”. A citação completa está no capítulo 3 deste trabalho, na página 50.

extrapolação com a qual Putnam não se coaduna, pois sua consequência imediata é a recusa da existência de uma realidade independente de nossas descrições e conceituações.

O que a noção de ininteligibilidade da afirmação da linha divisória, com relação às propriedades “descobertas” e às propriedades “projetadas”, enseja concluir, é que subjaz à interpretação da classe dessas propriedades o uso linguístico que nós criamos para nos referir a ambas. Se não há uma linguagem factual da natureza e, portanto, ela não possui termos intrínsecos com os quais devemos a ela nos referir, torna-se azado sugerir uma linguagem capaz de fazê-lo, linguagem esta que é consignada pelo uso que dela fazemos²⁷.

Pode-se dizer, em uníssono com Putnam, que o que liga a crítica do realismo tradicional à reformulação do conceito de fato é a limitação que as tradicionais dicotomias “juízos de fato *versus* juízos de valor” e “verdades de fato *versus* verdades analíticas” promovem. É justamente a tomada de posição do realismo tradicional que irá contaminar o conceito de fato, fazendo deste um conceito que, em sua versão moderna, somente refere-se a objetos que podem ser percebidos pelos sentidos, deixando os valores relegados à subjetividade plena.

Segundo Putnam, estas dicotomias estanques “corromperam nosso pensamento, tanto no raciocínio ético como na descrição do mundo, principalmente, por impedir-nos de ver como a avaliação e a descrição estão interconectadas e são interdependentes” (2008a, p. 15). A limitação se sobrepõe ao conteúdo filosófico e torna-se consagrada. O esforço de Putnam em buscar um novo tipo de realismo que se preste a uma explicação heterodoxa de como nos relacionamos com o mundo nos é importante porque ela necessariamente reformula aspectos da metafísica tradicional, lançando-lhe as bases para uma contestação do conceito de objetividade que se consolidou na história da filosofia, desde a filosofia moderna²⁸.

²⁷ Não haver uma linguagem própria à natureza, com a qual poderíamos nos referir a ela perfeitamente, caso conseguíssemos fazer uso de tal linguagem, não nos coloca na difícil situação na qual não podemos nos referir com precisão à realidade: apenas teremos, para descrever e denotar as propriedades da natureza, que fazer uso de uma terminologia que não é intrínseca à realidade, mas a qual ela se refere e por ela é motivada efetivamente. Podemos afirmar que os termos que *usamos* para nos referir à natureza lhe são extrínsecos, embora se refiram a ela, sempre com maior ou menor grau de precisão, e por ela são motivados. Por isso, a nós, na acepção linguística, cabe “renegociar” nossos termos de referência (PUTNAM, 2008c, p. 23).

²⁸ A dificuldade que se tem ao tentar conectar as questões clássicas do realismo tradicional a uma análise de sua influência nas questões de valor (ético) está posta pela falta de acuidade que temos, pois não

Passemos à análise sobre o pressuposto último do realismo tradicional criticado por Putnam, a saber, que há “uma relação fixa de ‘correspondência’ em termos da qual se supõe que a verdade seja definida” (2008c, p.35). Putnam nos lembra, após mencionar o pressuposto do realismo, que sua rejeição está caracterizada pela ininteligibilidade dessa afirmação. Este pressuposto parece resumir, de algum modo, todos os pressupostos anteriormente mencionados, cujos apanágios são: a fixidez das formas predicativas da linguagem, e a consequente fixidez das interações entre os aspectos da realidade e a mente; e a possibilidade de nos referirmos aos objetos do mundo não só de modo adequado, mas de modo unívoco, a que se segue uma capacidade de podermos fazer corresponder nossos enunciados linguísticos a tais objetos, desembocando em uma teoria da verdade por correspondência unívoca.

A rejeição, ou declaração de ininteligibilidade dos pressupostos da metafísica do realismo tradicional é, necessariamente, uma recusa da noção de verdade que destes pressupostos decorrem. Se considerarmos que a noção de fato tem estado intimamente relacionada com ao menos um desses pressupostos, estaremos afirmando que o ‘fato’ conecta-se àquilo que no realismo tradicional chama-se objeto. Apesar de toda a discussão em torno do que é um objeto, sabemos que na história da filosofia há uma relação de proximidade indesvencilhável entre fato e objeto, pois só poderia ser factual o que é objetual. Ao contrário, o subjetivo não poderia ser um fato. A crítica de Putnam é dirigida ao realismo tradicional e à absorção de algumas das decorrências desse realismo pelo empirismo humeano – como a noção tradicional de fato²⁹ e a representação dos objetos como cópia, proporcionada a partir do aparato sensorial.

Como vimos, para localizar o lugar dos valores e dos fatos na dicotomia tivemos que reorientar essas noções. Putnam nos apresenta uma crítica ao realismo tradicional, mas não nega que possamos almejar um tipo de adequação ao mundo empírico:

damos importância suficiente àquilo que as une – trata-se de uma polarização, também estanque, entre objetividade e subjetividade. Uma tomada de posição inovadora com relação ao realismo implicará outro ponto de vista concernente à objetividade, pois teremos que atenuar, no caso específico de Putnam, a linha entre a objetividade e a subjetividade para darmos conta dos aspectos perceptivos com relação ao mundo ou, em outras palavras, para conseguirmos explicar a relação entre a mente e o mundo. Está patente que nos interessa enfatizar os tópicos que poderão nos fornecer o instrumental necessário para seguir o argumento de Putnam, e que a linguagem exerce um papel fundamental que estará no centro da compreensão putnamiana da verdade. Temos, neste momento, a sua crítica ao realismo tradicional.

²⁹ Corroborada, posteriormente, por características típicas do empirismo, como, por exemplo, os dados dos sentidos.

... usamos os nossos critérios de aceitabilidade racional para construir um quadro teórico do “mundo empírico”, e então à medida que essa imagem se desenvolve revemos os nossos próprios critérios de aceitabilidade racional à luz desse quadro e assim por diante, e assim por diante sempre (PUTNAM, 1992, p. 174).

Podemos perceber que um dos resultados da crítica de Putnam ao realismo tradicional é que nossa linguagem pode ser indefinidamente melhorada para nos referirmos ao mundo empírico, mundo esse externo e independente de nós. Embora essa independência (enquanto existência do mundo externa à mente humana) seja algo patente, a respeito do qual Putnam não contrapõe nenhum argumento, ele sublinha o papel da linguagem no mundo real. Desse modo, o mundo real, formado pelos objetos aos quais nos referimos, é moldado segundo nossos critérios de aceitabilidade racional, propostos por nossa linguagem.

A conclusão a que Putnam chega é a seguinte: nosso vocabulário é como que constrangido pelo mundo empírico, e não é uma criação aleatória e unilateral, pois o mundo participa da formação desse vocabulário. Porém, nosso enquadramento do mundo real não é indiferente e impassível a esse mesmo vocabulário e, uma vez que os nossos valores são a lente através das quais nós podemos visualizá-lo, esse enquadramento do mundo real depende dos nossos valores. Em suma, o mundo externo à nossa mente não depende de nossas considerações concernentes a ele para existir, mas o mundo, com seus objetos, depende de nossos valores para ser formado, haja vista que não existe uma linguagem independente de nós no mundo.

Ademais, Putnam declara que ao menos alguns dos valores epistêmicos têm que ser objetivos. Ele argumenta que aceitar racionalmente um determinado enunciado depende do pano de fundo constituído por valores epistêmicos, pois os enunciados cognitivos não podem ser formulados, significativamente, sem a adesão a termos valorativos (PUTNAM, 1992, p. 175). O imbricamento entre as noções de fato e valor nega que os enunciados factuais possam ser neutros. Afinal, a tese do imbricamento entre as noções de fato e valor repousa na revisão dos pressupostos do realismo tradicional, de modo que seria despropositado afirmar uma linguagem do mundo inteiramente factual, independente de nossos usos e aplicações conceituais (PUTNAM, 2008a, p. 147).

Se aceitarmos a crítica ao realismo tradicional em pelo menos uma de suas considerações, o teremos suficientemente fragilizado para podermos afirmar, depois de tudo exposto, que o modo de falarmos sobre a realidade exterior depende de conceitos

por nós aplicados a ela. Não obstante, esses conceitos são suscitados pela pressão dessa realidade exterior que, assim, corrobora sua formação, e, portanto, não são meramente casuais ou convencionais. O fato de nossos usos e aplicações de conceitos se referirem a uma realidade exterior independente de nós quer dizer, a uma só vez, que não há algo como propriedades de objetos independentes de nossa linguagem (2008a, p. 23); e também que nossa linguagem conceitual refere-se a características dessa realidade exterior (PUTNAM, 1992, p. 176).

De acordo com isso, podemos dizer que termos avaliativos como “coerente”, “simples”, etc., não são destituídos de uma aplicação que se relaciona com a realidade, visto que no tocante à aplicação desses termos há uma importante “adequação” a essa realidade mesma. Aplicar um conceito é, dessa maneira, adequá-lo àquilo que é referido não unicamente de modo individual (o que culminaria em um subjetivismo de tipo solipsista), mas também de modo reconhecível, o que significa que a aplicação deve poder ser compreendida por outros usuários da linguagem, e não tão-somente pelo indivíduo que realiza (ou aciona) a aplicação imediata (1992, pp. 158-159).

Portanto, a tarefa de aplicar um termo avaliativo à realidade não é uma tarefa apenas subjetiva, pois, caso o fosse, poderíamos dizer que uma teoria qualquer é “coerente, para o indivíduo x ” e “não é coerente, para o indivíduo y ”. Porém, isso contraria a própria natureza do termo “coerente”, pois há nesse termo uma reivindicação que não é meramente a possibilidade de uso privado, mas, antes, a reivindicação de uma aplicação conceitual que possa ser reconhecida por indivíduos em seu caráter intersubjetivo.

3. Conceitos Éticos Espessos: a conclusão

Concluiremos, assim, que crítica ao realismo tradicional nos conduz à percepção do quão importante e relevante são para a constituição da noção de fato os critérios de aceitabilidade racional. Os valores são, eles mesmos, partes necessárias sem as quais não teríamos um mundo de fatos (1992, p. 249). E esses valores são o centro da noção da aceitabilidade racional, justamente o que nos habilita dizer de um enunciado se ele é verdadeiro ou falso.

Putnam diz que um problema decorrente da dicotomia entre enunciados factuais e avaliativos é considerar separadas, de forma estanque, a nossa linguagem descritiva de nossa linguagem usual, que objetiva elogiar ou censurar (PUTNAM, 1992, 178). Por isso, habitualmente se tem suposto que há um tipo de linguagem cotidiana, que possui um vocabulário descritivo, que se refere somente a um mundo formado por fatos, e um vocabulário com termos propriamente avaliativos, do qual nos utilizamos quando queremos prescrever ou incentivar um comportamento, conquanto seja não cognitivo. Ambos os tipos de vocabulários seriam, nessa configuração, independentes entre si.

Desse modo, os conceitos éticos fariam parte do vocabulário avaliativo, pois tradicionalmente tomamos conceitos éticos como destituídos de racionalidade (em seu aspecto cognitivo, algo que subjaz à dicotomia fato/valor). Entretanto, a tarefa a que Putnam se propõe tenciona revelar o caráter do imbricamento do fato e do valor nas questões éticas, expondo, assim, a generalidade do colapso da dicotomia ora tratada. Os conceitos éticos abstratos, também chamados de tênues, são aqueles que utilizamos para dizer de uma ação se ela é correta ou boa. No caso, “correto” e “bom” são conceitos éticos abstratos (PUTNAM, 1999a, p. 240).

A característica de tais conceitos é não possuírem um componente descritivo independente das ações. Assim, o emprego dos termos éticos abstratos está relacionado aos enunciados como valores éticos, como, por exemplo, na frase “‘Não seja indelicado’ é uma prescrição boa”. Nesse exemplo, o termo ético abstrato não possui um componente descritivo independente, antes, depende do que o termo “indelicado” quer significar. Só a partir de uma consideração ao componente descritivo intrínseco ao termo “indelicado” é que o conceito ético abstrato pode ser aplicado, o que revela que sua aplicação é feita em segunda instância, pois depende do conteúdo do termo em questão.

Segundo Putnam, é justamente a classe de termos éticos exemplificada por “indelicado” que torna evidente o imbricamento entre juízos de fato e juízos de valor. Isso ocorre porque não podemos “fatorar”, ou seja, distinguir de modo estanque os componentes descritivo e avaliativo dessa classe de termos éticos (PUTNAM, 1992, p. 252). Essa classe de termos éticos foi denominada conceitos éticos espessos (ou densos). A nomenclatura se deve ao fato de que em certos casos os valores *são*

descrições e, portanto, ao invés de valores e descrições contrastarem, eles se sobrepõem e coincidem (PUTNAM, 2004, p. 74).

A forma mais direta de explicar os conceitos éticos espessos é com a colocação de um exemplo em que é patenteado que os dois componentes estão imbricados. Segundo esse exemplo, quando se diz que determinado indivíduo é cruel temos que (1) há uma importante tentativa de caracterização de um comportamento e (2) tal comportamento está, quando assim caracterizado, expondo traços do indivíduo que nos fornecem elementos avaliativos, que não podem ser excetuados do conteúdo descritivo do termo.

Desse modo, seria curioso afirmar que um indivíduo é cruel e bondoso, ao mesmo tempo, pois as características descritivas para um indivíduo cruel presumem considerações avaliativas, de tal modo inerentes, que seria impossível acrescentar-lhe a virtude da bondade. Igualmente, pode-se afirmar que os componentes descritivos e avaliativos, no tocante aos conceitos éticos espessos, são indissociáveis, por força de a descrição ser interdependente do componente avaliativo. Em sendo a descrição interdependente do componente avaliativo, e ante todo o exposto no capítulo, pode-se concluir que a tentativa de consolidar a dicotomia fato/valor utilizando a estratégia da tese dos dois componentes é malograda.

Segundo essa tese, não há uma interdependência dos componentes descritivo e avaliativo, e cada um deles está desconectado do outro. Essa perspectiva malogra porque seu sucesso depende de uma noção de fato que foi amplamente criticada nesse trabalho, qual seja, a noção segundo a qual somente fatos podem ser objetivamente predicados, produzindo o resultado de que a descrição é uma característica de objetos aos quais os predicados podem ser referidos. Quando superamos o realismo tradicional, a noção de objetividade é reformulada, uma vez que os objetos não estão acabados de modo peremptório, o que gera a consequência de termos de participar do processo de formação daquilo que prestará aos enunciados seu caráter cognitivo.

O imbricamento, como se pode perceber, irá relacionar de modo próximo e interdependente os componentes factuais e avaliativos. É esse expediente que irá prestar aos enunciados éticos a cognitividade aqui almejada, haja vista a mudança na noção de fato ser uma consequência das críticas lançadas. Para o estabelecimento do fato a descrição é insuficiente e precária. O componente avaliativo revelou-se, como demonstramos, precípuo para que o fato possa ser considerado. Temos, desse modo, a

objetividade por meio da cognitividade alcançada, e podemos, então falar quanto a um enunciado ético se ele é verdadeiro ou falso.